2024

ÍNDICE

I	**Nascimento/Família e Juventude**	**9**
II	**Casamentos**	**12**
III	**A Embaixada em Londres**	**18**
IV	**O Socorro Pedido à Índia**	**32**
V	**A Missão em Viena**	**35**
VI	**Secretário de Estado**	**43**
VII	**O Terremoto de 1755**	**51**
VIII	**O Processo dos Távoras**	**105**
IX	**A Extinção da Companhia de Jesus**	**138**
X	**As Reformas de Pombal**	**149**
XI	**Os Panfletos e os Fuxicos**	**159**
XII	**O Marquês de Pombal e o Brasil**	**172**
XIII	**A Morte do rei**	**176**
XIV	**A Aldeia de Trafaria**	**178**
XV	**Atrocidades de Pombal**	**183**
XVI	**O Ocaso de Sebastião de Carvalho**	**191**
XVII	**Bibliografia**	**199**

PREFÁCIO

Para compreender a trajetória de um personagem é necessário refletir sobre a conexão entre sua vida pessoal e os diferentes contextos sobrepostos. Foi nessa perspectiva que procuramos apresentar Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O propósito principal desse ensaio foi refletir sobre as complexas relações entre sua vida privada e pública, seus anseios, ambições e seus desdobramentos. Por tratar-se de uma análise com visão biográfica, foi imprescindível procurar buscar contribuições que lançassem luz, também, sobre os aspectos pessoais, para além da esfera pública em que de modo geral, se apresentou nosso personagem. Sendo assim, procuramos recompor, pelo menos em parte, a sua trajetória à luz da época em que viveu. Para tanto, partimos do período Joanino (1706-1750) em que ele nasceu, enfocando seu cotidiano.

Em seguida, apresentamos os principais eventos do governo em que foi o poderoso Ministro de D. José I. Foi nesse período, marcado pelo Terremoto de Lisboa (1755), que se deu a reconstrução da cidade - que se atribui a ele - além do surgimento de uma nova elite portuguesa, os diversos conflitos daquela sociedade e os acordos políticos, que tiveram desdobramentos diretos sobre sua vida.

Com a coroação de D. José, em 1750, o marquês de Pombal foi nomeado secretário de Estado do reino de Portugal. Ao tomar posse no cargo de primeiro-ministro, Pombal assumiu não apenas a administração do Estado português, mas também das suas colônias, incluindo o Brasil. Entre outras ações de Pombal, devemos destacar que ele foi o responsável pela extinção

definitiva das capitanias hereditárias no Brasil e proibiu definitivamente a escravidão indígena na colônia. Além disso, estipulou que a distinção que havia entre cristãos e cristãos-novos, fosse definitivamente extinta. Pombal também expulsou os jesuítas de Portugal, obrigou-os também a sair do Brasil em 1760 e defendia fortemente o Iluminismo e seus valores progressistas. Para Pombal, a razão humana deveria guiar os homens para resolverem todos seus problemas na terra; por isso ele perseguiu os católicos, especialmente os jesuítas.

Proibiu, também, a discriminação aos índios e elaborou uma lei favorecendo o casamento entre eles e portugueses e criou o Diretório dos Índios para substituir os jesuítas na administração das missões. Buscou com intensidade modernizar a administração pública de Portugal e ampliar ao máximo os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira. Não obstante às suas intensas ações, há que se destacar sua índole vingativa – a sua ira latente - e a perseguição férrea quando teve chance, sobre a elite portuguesa, que sempre o havia desconsiderado.

Este é o personagem há quem procuramos trazer mais luz. Somos profundamente gratos pela oportunidade de ter visitado inúmeras bibliotecas, ao redor do mundo, os inúmeros artigos literários e seus autores, as teses e outros documentos, que nos deram o "chão necessário" à esta empreitada, e a todos damos honrosa referência bibliográfica, ao final.

Esperamos, com este ensaio, enfim, ter contribuído para que outros revisitem sua história sob outras perspectivas e outros aprofundamentos e reconhecemos, com certeza, que muitas lacunas sobre sua vida do homem e estadista português precisam ser preenchidas.

INTRODUÇÃO

Marquês de Pombal, ou Sebastião José de Carvalho e Melo, seu nome de batismo, nasceu em Lisboa, no dia 13 de maio de 1699. Atuou como embaixador da Inglaterra, em 1738, onde forjou seu aprendizado e espírito reformador . Durante o exercício de sua função atuou na defesa dos interesses de comerciantes portugueses, e buscou nacionalizar o comércio português para diminuir a infiltração de produtos manufaturados ingleses. O início de sua vida pública deu-se aos 39 anos de idade.. Foi o principal nome do despotismo esclarecido em Portugal durante o reinado de Dom José I, entre 1756 e 1777. Sua atuação mais conhecida neste período foi a expulsão dos jesuítas do Brasil. Morreu em 8 de maio de 1782, na cidade de Pombal, em Portugal.



Marquês de Pombal, Louis-Michel van Loo e Claude-Joseph Vernet, 1767 Imagem: Oeiras com História

O Marquês de Pombal foi, de fato, uma das figuras mais imponentes do imaginário histórico dos saltos e sobressaltos da nação portuguesa, mas também por isso, como é inegável, uma das personalidades mais controversas.
A apreciação de suas ações e da sua obra política ainda continua a concitar opiniões apaixonadas e antinômicas, quer entre as elites intelectuais, quer entre o povo em geral. Basta uma breve sondagem popular na sociedade atual portuguesa, para que sejamos surpreendidos com pareceres tão divergentes àcerca de Pombal.
Sendo certo que a Sebastião José se deveu o protagonismo determinante da consecução da política josefina, quer nos seus êxitos, quer nos seus fracassos, e dos projetos reformistas implementados então no reino, não é menos verdade, que a condução desta política foi feita com total proteção e confirmação do rei que, além do mais, lhe delegou poderes extraordinários para agir, poderes nunca até então cedidos a um ministro na história política da monarquia portuguesa.

Importa, para o fim aqui posto, por de lado o que rescende controvérsia; consultar na origem os documentos disponíveis e, de certa forma, ouvir relatos que não tivessem a publicidade como fim. Desta forma, certamente, o primeiro relato a ser considerado é do próprio Marquês, a partir de seus escritos íntimos (que veremos alhures), ou que deveriam ter ficado em segredo dos arquivos; nas leis, relatórios, memórias e ofícios por ele mesmo divulgados. Desta forma, pretendemos atingir um certo grau de verdade histórica, visto que a extensão dessa somente àquelas almas pertencem. Haverão, por certo, divergências nos fatos, estes quando vistos por diferentes

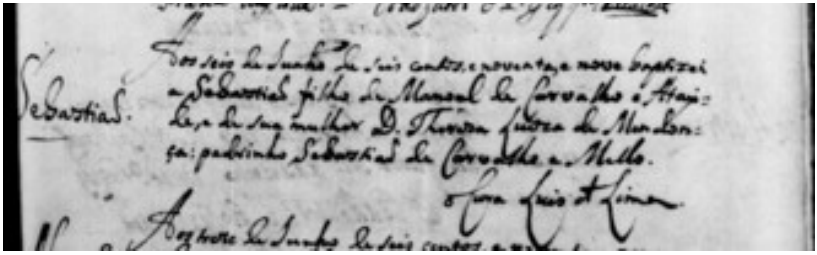
personagens, e que de certa forma colocarão suas versões a partir das suas ações e de suas motivações, e por isso mesmo aqui aceitas como definitivas.

Foi o que o constatamos a partir da análise e consulta aos estudos acadêmicos de Francisco Luiz Gomes, entre outros, para o seu livro "*Le Marquis de Pombal, Esquisse de Sa Vie Politique*", publicado em Lisboa em 1860, em cuja obra dobramos nossos respeitos pelo notável conteúdo, considerado este trabalho o primeiro estudo, digno da história, que sobre o assunto se escreveu.

Para nossa avaliação, neste conteúdo, além dos autores consultados, buscamos inúmeras fontes documentais distribuídas pelas bibliotecas no mundo, através de documentos dos arquivos públicos, visando retratar com suficiente exatidão o personagem, protagonista dos fatos que andaram deturpados, muitas vezes obscurecidos pela malevolência, outros tantos pela lisonja; ou, pela parcialidade, até mesmo pela má vontade de seus desafetos.

I

NASCIMENTO, FAMÍLIA E JUVENTUDE



Assento de batismo de Sebastião José de Carvalho e Melo, datado de 6 de junho de 1699. Paróquia de Mercês, Lisboa.

Nasceu na primavera, em 13 de maio de 1699 em Casconho, próximo a Soure, na região de Coimbra, na casa que pertencia à sua família. Foi batizado a 6 de Junho do mesmo ano, tendo como padrinho, Sebastião José de Carvalho, seu avô paterno. Era filho de Manuel de Carvalho e Ataíde, um proprietário de terras na região de Leiria (nascido em Mercês, Lisboa - 26 de junho de 1676 e falecido em 15 de março de 1720) fidalgo da província, e de sua mulher, D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo (Santa Maria dos Olivais, Lisboa), esta descendente de fidalgos estabelecidos no Brasil. Entre os ascendentes de sua mãe estão as famílias Albuquerque, Moura e Cavalcanti, sendo descendente por duas linhas, uma delas matrilineal, da índia brasileira tabajara Tindarena ou Tavira,

batizada como Maria do Espírito Santo Arco Verde. Seus avós maternos foram João de Almada e Melo, senhor de Souto d'El rei e Olivais e D. Maior Luísa de Mendonça. Sebastião foi o mais velho de doze irmãos, dos quais se destacam Paulo António de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1779), fiéis colaboradores do irmão, quando de sua atuação como ministro. A sua mãe casaria, no estado de viúva, a 30 de junho de 1721, com Francisco Luís da Cunha de Ataíde (Mártires, Lisboa), viúvo de D. Josefa Leocádia Coutinho, falecida em 1719.
Apesar do berço nobre, a família não possuía grandes quantias de dinheiro. Na sua juventude, ingressou no curso de direito na Faculdade de Leis e na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, escolha esta em grande parte influenciada por seu tio. Também, de sua trajetória, sabe-se que pertenceu ao Exército, onde chegou a cabo, mas também não se adaptou à condição de militar e abandonou o ofício. e que mais tarde, em certa época, foi membro da Academia Real de História em 1733 (também influenciado pelo tio), onde teria se dedicado à história e da legislação portuguesa, redigindo uma Memória sobre D. Pedro I (Coimbra, 8 de abril de 1320 – Estremoz, 18 de janeiro de 1367), apelidado de o Justiceiro ou o Cruel; foi o rei de Portugal e Algarves de 1357 até sua morte. Foi filho do rei Afonso IV e sua esposa Beatriz de Castela e ficou conhecido pela atenção dada à justiça e pelo desvario por Inês de Castro em Quinta das Lágrimas, em Coimbra.

Quando se mudou para a capital, Sebastião de Carvalho era um homem turbulento, e quando moço, chefiava uma turma de valentões que percorria, à noite, a cidade de Lisboa, de guitarra

em punho e faca à cinta, sempre pronta a lutas com turmas de outros vadios, que infestavam a cidade. Era assim a Lisboa dos últimos anos do reinado de D. João V, que sob o governo frouxo de Frei Gaspar da Encarnação, se transformara numa cidade perigosa. Não havia iluminação e não havia polícia que a fiscalizasse. Por isso, à noite, grupos de desordeiros, constituídos de nobres, de gente do povo, de embarcadiços, transformavam as ruas em campo de batalha e de arruaçeiros. Era honroso pertencer a esses grupos e neles toma parte, entre outros, o irmão do próprio rei - D. Francisco - homem forte, feroz, cheio de empáfia. Por ter a vantagem de ser alto e robusto, esta condição o faz chefe natural da gang. Como uma característica, a turma que Carvalho chefiava usava capa e chapéu branco, o que permitia a seus membros se reconhecerem durante as contendas com os outros grupos rivais, mesmo no escuro da noite. Mas, esta diferenciação não os impedia de terem feridos, de perderem companheiros – muitos até mortos nos encontros costumeiros - e de concorrerem para separar famílias da nobreza em ódios terríveis.

Há convergência entre os historiadores, no que diz respeito às origens de Pombal, pois parecia-se muito com as de muitos ministros, que os monarcas absolutistas escolhiam para fortalecer o próprio poder e intensificar o poder do Estado.

II

CASAMENTOS

Quando era ainda apenas um fidalgo sem grande expressão, aos 23 anos, em 16 de janeiro de 1723, Sebastião José, como lhe chamava a alta nobreza, sua inimiga, casou-se com uma viúva sem filhos. Importante dama aristocrata, D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, nasceu em Santos-o-Velho, Lisboa em 22 de setembro de 1687 e faleceu em Mercês, Lisboa em 6 de fevereiro de 1739.

Esta, sua primeira mulher, conforme relatam historiadores, terá sido "*a única paixão conhecida do marquês de Pombal*". Teresa era viúva e mais velha 11 anos que Sebastião José, quando este a raptou do convento onde estava e se casou secretamente com ela, devido à oposição da família da noiva.

Com 35 anos, era viúva de António de Mendonça Furtado, seu primo, e filha de D. Bernardo de Noronha e de D. Maria Antónia de Almada e sobrinha do conde de Arcos. Casar com ela trouxe a Sebastião de Carvalho problemas com a família da mulher; Foi um casamento por arranjo da família, depois de um rapto consentido. Apesar da família da noiva ter organizado o casamento do jovem casal, os pais da recém-casada tornaram a vida do casal insustentável, o que os fez se retirarem para uma propriedade dos Melo, próxima de Pombal.

Aos 39 anos de idade, Sebastião recebeu o seu primeiro cargo público importante, durante o reinado de D. João V, quando o então primeiro ministro e secretário de Estado cardeal D. João

da Mota, nomeou-o embaixador (plenipotenciário da corte) junto à corte da Grã Bretanha; partiu Sebastião, deixando para trás sua esposa, adoentada. Em 1740, um ano depois de ter ido para Londres como embaixador, ele foi eleito membro da Royal Society, onde possivelmente teve oportunidades de ouvir os iluminados à época, inclusive o francês Voltaire, também eleito membro em 1741.

Ali prestou relevantes serviços a Portugal, mostrando grande energia e não vulgar inteligência, conseguindo sobretudo do ministério do duque de Newcastle, muitas isenções para os negociantes portugueses em Londres, e o reconhecimento do direito que tinham as autoridades portuguesas de punir os excessos praticados pelos capitães de navios ingleses, em terras e costas de Portugal.

Passado algum tempo no cargo, Sebastião sofreu grande desgosto pela morte de sua mulher, falecida em Lisboa a 6 de fevereiro, aos 51 anos, da qual herdou todos os bens da sua grande casa; foi sepultada num jazigo subterrâneo da Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês.

Retornou a Portugal e, em 1745, foi enviado como diplomata à Áustria.

A participação de Melo na corte de Lisboa lhe deu a oportunidade de conhecer a culta e poliglota rainha consorte, a arquiduquesa Maria Anne Josepha, da Áustria (1683–1754), a qual simpatizou de imediato com Sebastião. Quando este ficou viúvo de Teresa - sua primeira esposa - a rainha arranjou o casamento dele com Eleonora Ernestina von Daun, filha do Marechal de campo austríaco Leopold Josef, conde von Daun.

Foi em Viena que casou a 18 de dezembro de 1745 com D. Leonor, nascida em Viena, Áustria em 2 de novembro de 1721

e falecida em Mercês, Lisboa, em 3 de janeiro de 1789. Simplesmente condessa de Daun. Entretanto, o rei D. João V, não aprovou o casamento, e o chamou de volta em 1749.

O segundo casamento de Carvalho e Melo, abençoado pela imperatriz austríaca Maria Tereza, permitiu-lhe subir mais um degrau no complicado jogo de xadrez da corte portuguesa. Ao ver o ambicioso político se casar com uma conterrânea, a esposa de João V, Ana da Áustria, resolveu torná-lo seu protegido. Em 1749, após assumir o governo por causa do péssimo estado de saúde do rei, ela convocou Carvalho e Melo de volta à Portugal para fazer parte do ministério.



A marquesa de Pombal em 1775 pintada por Pierre Jouffroy.

Tiveram os seguintes filhos:

D. Teresa Violante Josefa Maria Eva Judite de Daun (Viena, Áustria, 10 de dezembro de 1746 - Lisboa, 26 de outubro de 1823), casada com D. António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, 1º Conde de São Paio (1720-1803), de quem teve cinco filhos;

D. Henrique José Maria Adão Crisóstomo de Carvalho e Melo, 2º marquês de Pombal (nascido em Viena, Áustria, 28 de janeiro de 1748 e falecido no Rio de Janeiro, Brasil, 26 de maio de 1812), este casado com D. Maria Antónia de Menezes Rappach, deixando apenas descendência ilegítima, o título passou para o irmão mais novo; falecido no Brasil, em consequência das Invasões Francesas, foi sepultado no Convento de Santo António;

D. Leonor Joana Maria Eva de Daun (nascida em Viena, Áustria, 7 de maio de 1749 e falecida em Mercês, Lisboa, 28 de abril de 1754), foi sepultada na Igreja Paroquial de Nossa Sr.ª das Mercês, em Lisboa, no jazigo de família;

D. Maria Francisca Xavier Eva Anselma de Carvalho e Daun (nascida em Mercês, Lisboa, 21 de abril de 1751 e falecida em São Jorge de Arroios, Lisboa, 7 de setembro de 1815), casada com D. Cristóvão Manoel de Vilhena, Tenente-General, Senhor da Zibreira, Alcaide-Mor de Alegrete, Morgado da Tapada da Cubeira e da Alcaparinha, Comendador de Pernes (1720-1797), de quem teve uma filha; foi sepultada num jazigo da família do marido, no Convento de Santo António dos Capuchos do Sobral (extinto), perto de Cachoeiras, Vila Franca de Xira;

D. Mariana Xavier Ema Manuel de Daun (nascida em Mercês, Lisboa, 1 de janeiro de 1753 e falecida em Ajuda, Lisboa, 27 de outubro de 1754), foi sepultada na Igreja Paroquial de Nossa Sr.ª das Mercês, em Lisboa, no jazigo de família;
D. José Francisco Xavier Maria Adão Macário de Carvalho Melo e Daun, 3º marquês de Pombal (nascido em Mercês, Lisboa, 1 de abril de 1754 e falecido em Santos-o-Velho, Lisboa, 2 de janeiro de 1821), casado com D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Paim (1753-1793), cujo casamento foi anulado (D. Isabel seria amante de D. Alexandre José de Sousa Holstein, com quem quis casar, sendo estes pais do 1.º Duque de Palmela) e com D. Francisca Maria de Paula do Pópulo Albuquerque da Silveira e Lorena (1754-1837), de quem teve três filhos; foi sepultado na Igreja Paroquial de Nossa Sr.ª das Mercês, em Lisboa, no jazigo da família;
D. Maria Amália Eva de Carvalho e Daun (nasceu em Ajuda, Lisboa, 15 de agosto de 1757 e faleceu em Colares, Sintra, 16 de setembro de 1812), casada com D. João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, 1º conde de Rio Maior, 16.° administrador do morgado de Oliveira, Val de Sobrados e Barcarena, e Quinta da Azinhaga (1746-1804), de quem teve doze filhos; foi sepultada no Convento de São Pedro de Alcântara, ao Bairro Alto.

Dos sete filhos do casal, o segundo, D. Henrique José Maria Adão Crisóstomo de Carvalho e Melo (1748-1812), passou a ser o 2º Marquês de Pombal, e, eventualmente imigrou para o Brasil. Com a morte deste, sem ter deixado descendentes

legítimos, o título passou ao seu irmão D. José Francisco de Carvalho Melo e Daun.



Marquesa Consorte de Pombal
Pintura do século XVIII de autoria desconhecida

III

A EMBAIXADA EM LONDRES



Sebastião José e os seus irmãos, o Cardeal Inquisidor e o Governador do Grão-Pará. (Pintura de Joana do Salitre, na sala da Concórdia do Palácio Marquês de Pombal, Oeiras)

Carvalho começa a sua vida pública muito tarde. Tem quarenta anos quando recebe, por influência de jesuítas e de seu tio Paulo de Carvalho (amigo íntimo do Frei Gaspar da Encarnação, então na chefia do governo) o cargo de encarregado de negócios de Portugal em Londres.

O convite estendido a Sebastião José teria envolvido diversos atores, dentre os quais os bons ofícios do oratoriano Padre Antônio José da Cruz junto ao Padre Domingos de Oliveira, valido régio, a intervenção do Cardeal da Cunha e os esforços conjugados da Rainha-Mãe, D. Maria Ana de Áustria – que, além de simpatizar muito com Carvalho dedica especial afeto à sua patrícia D. Leonor Daun, segunda esposa de Sebastião José. Da existência de Sebastião José de Carvalho, no período antecedente à sua carreira política, quase tudo se ignora, é fato; quase nada que tivesse feito parte de sua vida, interessava. Fiquemos então, em que era de família de fidalgotes de mediana fortuna.

O pai, Manuel de Carvalho e Athaíde, que já possuía o morgado (*conjunto de bens indivisível e inalienável que se transmitia, numa família, de primogénito em primogénito, mas em linha reta varonil*) da rua Formosa, servira nas armadas da Costa e fora capitão de 10 cavalos (*um antigo cargo militar o de capitão de cavalaria que tinha a seu cargo um grupo de soldados cavaleiros*); sua mãe, vinha dos morgados de Souto de El-rei, casou em segundas núpcias com um magistrado da Casa de Suplicação. Parece que fez o curso de leis em Coimbra e passou parte da mocidade na provinda (*espécie de recursos e dinheiro provindos de doações*), e que esteve absorvido em pleitos para desembaraçar o patrimônio comprometido.

De um tio, Paulo de Carvalho, que foi lente da Universidade e depois arcipreste (*Na antiga legislação eclesiástica, o arcipreste atuava como assistente ou substituto do bispo na direção de suas principais funções*) da Patriarcal, herdou, em 1737, o morgado constituído por bens em Oeiras e Cintra, prédios de renda em Lisboa, e dinheiro acima de cinquenta mil

cruzados. Foi provavelmente esse tio que também lhe preparou o caminho político, proporcionando-lhe relações com o cardeal D. João da Motta, primeiro ministro, que o nomeou para a enviatura de Londres um ano depois que o seu desvelado protetor era morto.

Quando Sebastião de Carvalho chega a Londres como Ministro de D. João V, há no ambiente internacional um estado conflituoso entre a Inglaterra e a Espanha. Há mesmo suspeitas de que aquela quer a posse de Buenos Aires, de modo a assegurar o seu comércio no Prata. Isso cria problemas para Portugal, pois possui a Colônia do Sacramento e era sabido que essa colônia constituía-se no entreposto de contrabando das mercadorias inglesas. Por isso a Inglaterra via com bons olhos a presença de Portugal no Prata e mesmo a possibilidade de expansão de seu domínio para o leste de Sacramento. Mas se a Inglaterra, em luta contra a Espanha, servia Portugal no Prata — tal não acontecia no continente. Ali, os seus navios atacam barcos espanhóis dentro dos portos portugueses; desrespeitam as suas fortalezas e menosprezam a sua soberania. Criam, então, para Portugal, uma situação difícil diante da Espanha, que pode levar à guerra e para a qual a Inglaterra não pode atender com presteza, porque o exército português é fraco e as fronteiras com a Espanha extensas e abertas.

Em suas tentativas, Sebastião de Carvalho não consegue, pela suas intervenções, nada em Londres. Solicita de todos os modos; apela para a letra dos tratados; modifica o tom das notas para termos de ameaça e, nada. A Inglaterra responde com evasivas, com protelações, com promessas de medidas, e permanece onde está. Além dessa questão, há outra muito séria

no tempo de Pombal em Londres: os *particulars ingleses* que foram autorizados pelo governo inglês a estabelecerem, por conta própria, conquistas nas colônias espanholas.

Ora, isso tocava as áreas da margem norte do Prata, cobiçadas por Portugal, e fazia aparecer, naquela região, um competidor novo e possante. Competidor cuja maneira de fazer política era manhosa, cheia de curvas, de subterfúgios e contra quem Portugal não poderia lutar. Sebastião de Carvalho ainda tem de se defrontar com duas questões tão importantes quanto as anteriores e que envolveram: a) a necessidade de não interromper a remessa de víveres para Portugal; b) e a necessidade de se limitar os direitos de que gozam os ingleses em Portugal.

A primeira não teve solução. A Inglaterra precisava evitar que esses gêneros, sob a forma de contrabando, chegassem à Espanha, e Portugal não lhe podia assegurar isso com facilidades. A segunda, envolvia aspetos mais graves como o da animosidade recíproca das populações portuguesas contra os ingleses e destas contra os portugueses.

Sebastião de Carvalho propõe então ao governo de Lisboa, em exposição longa e prolixa (como tudo que escrevia) as medidas que lhe pareciam acertadas. Deu a este trabalho o título sugestivo: "*Relação dos gravames do comércio e vassalos de Portugal na Inglaterra*". Nessa exposição está a sua ideia inicial sobre o comércio dos vinhos e o comércio com o Brasil. Ideias cuja base é a criação de uma Companhia com privilégios especiais, à semelhança daquelas que os ingleses criaram para a Índia. Mas Sebastião de Carvalho tinha que enfrentar a Inglaterra no campo comercial. E isso representava lançar mão da iniciativa privada ou da iniciativa estatal. À primeira